

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Fim da Lei Kandir pode pesar em R\$ 7 bi no caixa das mineradoras.....	2
Título: Destaques	3
Título: Braskem avalia expansão de até 20% no México	3
Título: Petrobras recebe propostas em 6 de março	5
Título: Fundo norueguês de US\$ 1 tri pode servir de inspiração para o Brasil	6
Título: Investimentos no país somaram US\$ 2,1 bi em 2018.....	8
Título: Supremo deixa para 2020 discussão sobre royalties, maconha e ICMS	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Estados pedem antecipação de verba do pré-sal para pagar 13º	10
Título: Depois de 5 anos, setor de óleo e gás volta a contratar.....	12
Título: ‘Acho que em 2020 vai melhorar ainda mais’, diz geóloga	14
Título: Planalto descarta novas ações de Trump	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Diplomatas correm para definir últimas metas do Acordo de Paris durante a COP 16	16
Título: Brasil exporta mais soja para China do que aço para EUA	18
Título: Governo federal manda evacuar 3 bairros de Maceió	19
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: Ouro branco	20
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: Energia solar sob ataque.....	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Paula Machado — De São Paulo****Título: Fim da Lei Kandir pode pesar em R\$ 7 bi no caixa das mineradoras**

O setor mineral pode, no apagar das luzes, ver aprovado o fim da “Lei Kandir” e a possibilidade do retorno da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados. Está para ser votado no plenário do Senado a proposta de emenda constitucional (PEC-42) que prevê essa cobrança. O impacto estimado com essa nova taxa no setor mineral, caso seja aprovada pelo Congresso Nacional, é de US\$ 7 bilhões, considerando uma alíquota de 13%.

Para o presidente do conselho do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, essa discussão sobre o fim da Lei Kandir tem que ser discutida dentro de um pacto federativo e não de forma isolada. “Essa questão tem que ser discutida dentro da reforma tributária, de um pacto federativo. Sabemos que os estados esperam receber essa receita, mas não pode ser dessa forma”, disse Brumer.

O Ibram, inclusive, prepara um estudo - elaborado por uma consultoria internacional - para mostrar quanto o setor de mineração paga de tributos no país, que para muitos é somente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Este ano as empresas do setor devem pagar R\$ 4,4 bilhões somente nesse tributo. Em 2017, esse valor foi de R\$ 1,8 bilhão.

Dentro do setor de mineração, um segmento que pode ser mais afetado é o de bauxita e seus derivados. O presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal) Milton Rego, disse que, somente com essa cobrança do ICMS sobre as exportações, o custo nas operações de mineração da bauxita e na sua transformação em alumina, seria em torno de US\$ 440 milhões, o que inviabilizaria boa parte das atividades no Brasil.

“As empresas não conseguirão repassar esse aumento das despesas. É custo na veia. E, não tenho a menor dúvida de que fábricas serão fechadas no Brasil. Assim como perdemos 60% da capacidade de produção de alumínio primário, com a alta do custo de energia, o mesmo acontecerá com o beneficiamento da bauxita, muitas indústrias serão fechadas.”

Segundo ele, a alumina, principal produto da pauta de exportações da cadeia do alumínio, é uma commodity e o preço internacional desse produto é até sete vezes superior ao valor da bauxita. O país exporta 6,2 mil de toneladas entre alumina e bauxita, sendo que 91% é de alumina. “Muitas empresas que atuam no país já estão revendo planos de investimentos futuros em suas operações.”

O dirigente disse ainda que impostos de exportação são utilizados com propósitos extra-fiscais - para controlar a oferta interna, por exemplo - ou com fins arrecadatórios, mas somente para aqueles produtos cujos preços no mercado internacional o país consegue determinar. “Portanto, o Brasil é um tomador de preço. O volume é muito baixo para influenciar o preço internacional, por isso, todo o custo será interiorizado pelas empresas que operam no país. É matemático.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/12/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Os leilões A-1 e A-2, realizados na sexta-feira, movimentaram R\$ 918,9 milhões em contratos de energia existente para atender à demanda de distribuidoras nos próximos anos. No certame A-1, foram contratados 29 megawatts (MW) médios, a um preço médio de R\$ 158,37/MWh. Já no A-2, foram vendidos 279 MW médios, a um preço médio de R\$ 171,52/MWh. Os deságios foram de 16,6% e 9,7%, respectivamente, em relação ao preço máximo fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem avalia expansão de até 20% no México

A Braskem está avaliando a expansão de até 20% da capacidade de produção de polietileno (PE) da Braskem Idesa, no México, de acordo com o presidente da petroquímica brasileira, Fernando Musa. A futura ampliação da unidade será possível a partir da implementação de um terminal para importação de etano, que pode entrar em operação entre 2021 e 2022. “Com o terminal, poderemos aumentar a estocagem de etano e ir a até 20% acima da capacidade nominal”, disse o executivo, após encontro com analistas e investidores.

Apta a produzir a 1,05 milhão de toneladas por ano de PE, a Braskem Idesa tem operado com taxa média de ocupação de 75% por causa da restrição de fornecimento de etano pela Pemex. Para contornar as dificuldades da estatal mexicana de petróleo, a Braskem Idesa está implementando um projeto de importação de etano dos Estados Unidos, que chegará à unidade por meio de rodovia. Mas esse projeto, chamado “fast track” não corresponde à solução ideal, explicou Musa.

“Então, queremos construir um terminal maior para permitir o descarregamento mais rápido e conectá-lo por meio de dutos à central petroquímica”, disse. Há duas potenciais localidades para instalação do terminal e a definição pode ocorrer no início do ano que vem. O terminal terá capacidade para até 50 mil barris por dia, 100% dedicado à Braskem Idesa. “Isso viabilizaria a expansão de 10% a 20% da produção de polietileno no México, que já está sendo estudada do ponto de vista de engenharia”, comentou.

Nos Estados Unidos, o polipropileno (PP) que será produzido na nova fábrica da Braskem começará a chegar ao mercado no fim do primeiro semestre de 2020. Conforme Musa, o processo de comissionamento da unidade ocorrerá ao longo da primeira metade do ano. Nos últimos 15 anos, praticamente não houve aumento de capacidade de PP na América do Norte, ao mesmo tempo em que fechamentos de fábricas retiraram 1,5 milhão de toneladas do mercado.

“A demanda, que segue crescendo mundialmente, especialmente nos Estados Unidos, e a disponibilidade de propeno fazem com que haja oportunidade de substituir a importação [americana de polipropileno] pela produção local”, afirmou, acrescentando que a Braskem foi a primeira a identificar essa oportunidade. A nova fábrica de PP em La Porte (Texas) terá capacidade de 450 mil toneladas por ano, com investimento total de cerca de US\$ 675 milhões.

Musa afirmou ainda que o impacto negativo da operação não integrada na área de vinílicos, em decorrência do encerramento da mineração de sal-gema em Maceió (AL), cairá de US\$ 30 milhões para US\$ 10 milhões por trimestre à medida que a petroquímica retome a produção de cloro-soda na capital alagoana com sal-gema proveniente do Rio Grande do Norte.

“[A unidade] Vai passar a receber o sal, e não salmoura. Isso demanda investimento em logística e no tanque para a salmoura. Esse estudo está em fase avançada”, disse. Musa reiterou que a Braskem segue trabalhando em outras alternativas para voltar a operar a unidade de cloro-soda e, no longo prazo, o plano é identificar zonas rurais em Alagoas que possam sediar uma nova mineração.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo****Título: Petrobras recebe propostas em 6 de março****Ofertas vinculantes serão entregues em 6 de março; interessados acham que o prazo é curto**

As ofertas vinculantes por refinarias da Petrobras que compõem o primeiro bloco de vendas devem ser entregues em 6 de março, conforme duas fontes. Havia estimativa de que as ofertas fossem feitas no início desse mesmo mês, mas ainda não havia uma data exata.

Informados da data, os interessados consideraram o prazo curto, apurou o **Valor**. Esses ativos não estão ainda segmentados como empresa distinta, os potenciais compradores precisam fazer diligências e também precisam assegurar os financiamentos, ressaltou um executivo. Em outras rodadas de desinvestimento, a Petrobras chegou a alterar a data de entrega de propostas vinculantes a pedido dos proponentes - foi o que aconteceu, por exemplo, na venda da distribuidora de gás liquefeito de petróleo Liquigás. A empresa foi vendida no novo prazo para Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás.

Nas refinarias, os principais interessados e considerados favoritos da rodada são Raízen, Mubadala e Ultrapar - mas consórcios podem ser formados para as propostas finais, incluindo novos investidores. "Há sete grupos participando, mas interessados em ativos diferentes. Cada refinaria deve ter duas propostas", diz uma fonte. Os interessados tentarão cumprir à risca o prazo da estatal, antes de solicitar alterações de data final de entrega, afirmou esse executivo.

As quatro refinarias são Refap (RS), Repar (PR), Reman (AM) e Rnest (PE). A Petrobras espera assinar a venda no segundo semestre de 2020. Pelo processo de desinvestimento estatal, a empresa precisa dar a chance dos demais proponentes cobrirem a proposta selecionada antes da assinatura. **(Colaborou Rodrigo Polito)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/12/2019****Seção: Brasil****Autor: Por Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Fundo norueguês de US\$ 1 tri pode servir de inspiração para o Brasil**

O Government Pension Fund Global, fundo soberano norueguês, que retirou na semana passada a Petrobras da lista de empresas em observação, devido ao menor risco de corrupção, não é referência apenas em conformidade e sustentabilidade. O fundo, que ultrapassou este ano a marca de 10 trilhões de coroas norueguesas (cerca de US\$ 1,09 trilhão ou R\$ 4,576 trilhões) de valor de mercado, é conhecido também pela sua riqueza. O segredo do sucesso é simples: economizar. Apenas parte do rendimento do fundo é utilizada, mantendo a reserva intacta.

Criado em 1990, com o objetivo de ser uma forma de gestão de longo prazo da receita petrolífera da Noruega, após as descobertas no Mar do Norte, o fundo soberano recebeu os primeiros aportes seis anos depois. E, em dezembro deste ano, soma um valor de mercado de 10,150 trilhões de coroas norueguesas (US\$ 1,11 trilhão ou R\$ 4,675 trilhões).

A partir de 1998, o banco central norueguês foi destacado para fazer a gestão do fundo. De lá para cá, a iniciativa gera um retorno anual de 5,9% ou 4,9 bilhões de coroas norueguesas (R\$ 2,25 bilhões). E o governo norueguês gasta apenas o retorno real do fundo, de cerca de 3% ao ano. “Dessa maneira, a receita do petróleo é gradualmente incorporada à economia. Ao mesmo tempo, apenas o retorno é gasto, e não o capital do fundo”, afirma o fundo soberano.

Os investimentos estão distribuídos em 73 países, basicamente em três áreas: participações acionárias em 9.158 empresas, títulos de dívidas e imóveis.

No Brasil, o fundo investe US\$ 6,2 bilhões em 120 empresas e US\$ 2,8 bilhões em títulos de dívida. A companhia brasileira que tem o maior investimento do fundo é a Vale, com US\$ 766,1 milhões (correspondente a 1,1% da companhia), seguida por Petrobras (US\$ 659 milhões, ou 0,83% da empresa) e Bradesco (US\$ 637 milhões, com 0,97% do banco), de acordo com dados de 2018.

O fundo pode servir de inspiração para o governo brasileiro, assim como administrações estaduais e municipais do país, dado à perspectiva de que o Brasil vai se tornar um importante ator no mercado global de petróleo no fim da próxima década. “Em 2029, o Brasil exportará 3,5 milhões de barris diários de petróleo, isto é, 64% do total produzido no país. Esse volume expressivo elevará o Brasil para a condição de um dos principais players de exportação de petróleo

do mundo”, afirma a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), na versão preliminar do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029, em consulta pública pelo **Ministério de Minas e Energia**.

Helder Queiroz, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e professor do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ, lembra, porém, que o histórico do uso de recursos de royalties no Brasil, em geral, não é positivo. Segundo ele, é importante que as administrações sejam disciplinadas com relação à gestão e ao uso da renda petrolífera.

Dois exemplos interessantes, mostrados pelo **Valor** em abril, são os municípios de Niterói e Maricá (ambos no Rio), que possuem poupança oriunda de recursos petrolíferos da ordem de R\$ 100 milhões cada um. O Fundo de Equalização de Receita de Niterói recebe, por lei, 10% de cada repasse das participações especiais. A previsão é chegar a R\$ 2,5 bilhões em depósito até 2040. Já Maricá deposita, mensalmente, entre 1% e 5% da arrecadação de royalties e espera poupar R\$ 1,8 bilhão em dez anos.

Outra alternativa, segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, é utilizar os recursos para a formação de um colchão para evitar o impacto da volatilidade dos preços internacionais dos combustíveis no mercado doméstico. “O aumento das exportações vai permitir que a arrecadação no Brasil suba de tal forma que o governo vai ter recursos para, se quiser, mitigar os aumentos de preços de diesel e na gasolina e isolar um pouco a economia dos efeitos da flutuação dos preços de petróleo”, disse, em evento em novembro.

Roger Tissot, economista, analista de energia e consultor, reconhece o êxito do fundo norueguês, mas questiona a viabilidade dessa iniciativa em outros países, principalmente nas economias em desenvolvimento, como o Brasil.

“Um problema, particularmente em países com baixo nível de desenvolvimento, é se seria ‘justo’, ou até viável, uma política de retenção de receitas, quando há muitas necessidades de investimento em infraestrutura no país, como construção de rodovias, redução da malária e viabilização do acesso à energia elétrica e água potável.”

Segundo Tissot, há ainda problemas de ordem política, como a falta de habilidade de alguns governos em como fazer uso desses recursos. Ele explica que o surgimento de um excedente de renda repentino permite ao governo aumentar o consumo interno, via subsídios, por exemplo, tornando-o muito popular, mas ineficiente. Um exemplo clássico é o caso venezuelano.

“Acho que ter um fundo como o da Noruega é uma boa ideia, mas deve refletir as realidades e características do país. No Brasil, por exemplo, um uso seria para

impulsionar a industrialização em outros setores. Os recursos também poderiam ser usados para reduzir as disparidades de renda do Norte para o Sul. Eu também usaria o recurso para melhorar a ainda pequena capacidade de pesquisa e desenvolvimento do país, considerando seu tamanho e importância econômica.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Investimentos no país somaram US\$ 2,1 bi em 2018

Os investimentos feitos por empresas norueguesas no Brasil somaram cerca de US\$ 2,1 bilhões (cerca de R\$ 8,8 bilhões), em 2018, de acordo com relatório concluído em novembro pelo governo norueguês. Com isso, segundo o levantamento, os investimentos acumulados de companhias norueguesas no país totalizam US\$ 25,5 bilhões (cerca de R\$ 104,4 bilhões), com crescimento de 19,7%, ante o totalizado no ano anterior, e geração de 27 mil empregos diretos.

De acordo com o relatório, no biênio 2017-2018, foram investidos US\$ 4,2 bilhões (cerca de R\$ 17,5 bilhões) no Brasil. Desse total, a maioria (65%) é relativa aos setores de petróleo, gás natural e marítimo. O segmento de energias renováveis brasileiro recebeu 5% dos investimentos noruegueses no biênio. O restante é distribuído por outras áreas.

A principal operação no período foi a aquisição pela petroleira norueguesa Equinor de 25% de participação no campo gigante de Roncador, na Bacia de Campos, da Petrobras. A operação somou US\$ 2 bilhões. A brasileira permanece com 75% do ativo.

O relatório destaca ainda o valor de lucros reinvestidos pelas companhias norueguesas no Brasil. Ao todo, 39,4% (cerca de US\$ 1,5 bilhão) dos lucros dessas empresas foram reinvestidos no país, entre 2017 e 2018.

O montante é 62,9% superior aos US\$ 921 milhões reinvestidos no biênio anterior (2015-2016).

O documento inclui ainda uma pesquisa com 219 empresas norueguesas que investem no Brasil. A maioria delas (57%) pretende aumentar investimentos no

país. Outros 36% informaram que manterão o nível atual de investimentos, enquanto apenas 7% pretendem reduzir os aportes no país.

Um total de 69% das empresas também respondeu que pretende aumentar a força de trabalho no Brasil nos próximos cinco anos. Outras 26% informaram que pretendem manter o nível atual de força de trabalho e apenas 5% sinalizam com redução do número de funcionários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/12/2019

Seção: Política

Autor: Isadora Peron e Luísa Martins — De Brasília

Título: Supremo deixa para 2020 discussão sobre royalties, maconha e ICMS

Também ficou para o próximo ano o julgamento sobre a validade da tabela de fretes, antes previsto para 4 de setembro deste ano

Com o início do recesso do Judiciário marcado para dia 19, o Supremo Tribunal Federal (STF) deixa para 2020 a análise de casos importantes pautados este ano e que não foram julgados. Entre os temas que ficarão para o próximo ano estão a divisão dos royalties do petróleo, a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal e o debate sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

A pauta oficial do plenário ainda não foi divulgada, mas interlocutores do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, afirmaram ao **Valor** que esses julgamentos estão previstos para ocorrer no ano que vem. O debate sobre como deve ser a divisão dos royalties entre produtores e não produtores de petróleo estava previsto para 20 de novembro. A análise do caso foi adiada a pedido do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que tenta costurar um acordo entre os estados. Já a ação sobre a descriminalização do uso de drogas, pautada para 6 de novembro, foi adiada por conta do julgamento sobre a prisão após condenação em segunda instância, que levou cinco sessões para ser concluído.

A discussão sobre o compartilhamento de dados fiscais sigilosos de órgãos de controle com o Ministério Público fez Toffoli tirar da pauta o julgamento do caso sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Também ficou para o próximo ano o julgamento sobre a validade da tabela de fretes, antes previsto para 4 de setembro deste ano. Em agosto, o relator do caso no STF, ministro Luiz Fux, atendeu a um pedido de adiamento feito pela

Advocacia-Geral da União (AGU), para que o governo pudesse tentar negociar uma solução com os caminhoneiros.

Processos que interessam ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também ficarão para 2020. O plenário deve voltar a discutir em quais situações pode haver a anulação de sentença de processos em que há réus delatores e delatados.

Em outubro, os ministros decidiram por 7 votos a 4 que as alegações finais de réus delatores têm de ser apresentadas antes das alegações dos réus delatados, para garantir a ampla defesa.

Os ministros, no entanto, não estabeleceram quando o descumprimento dessa regra leva à anulação de condenações. Por conta dessa brecha que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) manteve a sentença da primeira instância e ampliou a pena de Lula no caso do sítio de Atibaia.

Nesta semana, o plenário deve julgar quarta-feira se uma condenação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) interrompe ou não a contagem do prazo de prescrição de crimes. Na quinta, a Corte analisa pedido do PT para declarar a inconstitucionalidade de decretos sobre regras de governança, transparência e boas práticas para a cessão de direitos de exploração de petróleo pela Petrobras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/12/2019

Seção: Economia

Autor: Mateus Vargas Adriana Fernandes / Brasília

Título: Estados pedem antecipação de verba do pré-sal para pagar 13º

Sem caixa, Estados pressionam governo para receber antes recursos do pré-sal

Finanças públicas. Em carta enviada ao presidente Jair Bolsonaro, governadores afirmam que seria de 'inestimável relevância' antecipar pagamento de recursos até o próximo dia 20 para garantir o depósito do 13º salário de servidores; valor a receber chega a R\$ 5,3 bilhões

O Fórum Nacional de Governadores pediu ao presidente Jair Bolsonaro para receber, de forma antecipada, R\$ 5,3 bilhões referentes ao chamado bônus de assinatura pelo megaleilão do pré-sal realizado no início de novembro. O recurso é de "inestimável relevância" para o pagamento do 13.º salário dos servidores dos Estados, de acordo com carta assinada pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), coordenador do fórum.

O governo arrecadou R\$ 69,96 bilhões com a concessão de duas das quatro áreas ofertadas, frustrando a expectativa inicial de um ganho superior a R\$ 106 bilhões e participação maciça de companhias estrangeiras. Pelas regras do leilão, as empresas vencedoras (a Petrobrás em associação com as estatais chinesas CNOOC e CNODC) têm até 27 de dezembro para pagar o bônus de assinatura à União. Em seguida, os valores devem ser repassados à própria Petrobrás, Estados e municípios.

O desejo dos governadores, porém, é receber os valores já entre os dias 10 e 20 deste mês, a tempo de usá-los para quitar o 13.º salário - cujo prazo legal para depósito da segunda parcela se encerra exatamente no dia 20. A crise financeira que se arrasta há anos têm colocado Estados em dificuldades para remunerar regularmente os seus servidores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o 13.º será pago em parcelas pelo quinto ano consecutivo.

Segundo o Ministério da Economia, se o pagamento das empresas for feito mesmo no fim do prazo, o recurso só deve ser repassado aos governadores em 31 de dezembro.

Dos R\$ 69,96 bilhões efetivamente arrecadados pela União, R\$ 34,6 bilhões vão ficar com a Petrobrás, como compensação pela revisão do contrato firmado em 2010 com o governo. O restante será compartilhado entre União (R\$ 23,7 bilhões), Estados (R\$ 5,3 bilhões) e municípios (R\$ 5,3 bilhões). Por ser o Estado produtor, o Rio de Janeiro vai ter uma parcela adicional de R\$ 1,06 bilhão.

Procurado, o Fórum afirmou que o pedido recebeu apoio da maioria dos governadores do País. O órgão ainda alegou que a antecipação não é determinante para garantir o pagamento de servidores estaduais, mas que traz um “alívio” para fechar as contas do ano. O Palácio do Planalto repassou na quarta-feira passada o pedido dos governadores aos ministérios da Economia e de **Minas e Energia**.

O governo de Minas Gerais informou que concorda com os termos propostos na carta. O Estado torce pela antecipação do bônus, pois ainda busca alternativa para pagar o 13.º salário de seus servidores. A ideia principal do governador Romeu Zema (Novo) para fechar as contas é utilizar recursos da alienação de recebíveis da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).

A carta partiu de uma iniciativa de Ibaneis e foi compartilhada em um grupo de WhatsApp de que participam os governadores do fórum, segundo fontes que acompanham o debate.

Pressão. O Estado apurou que há forte pressão sobre o governo federal para antecipação dos valores da assinatura do bônus do megaleilão. Técnicos da equipe econômica, no entanto, dizem que é difícil fazer o repasse antes de a União receber o valor acordado na disputa.

Segundo fontes da área econômica, há pressão, inclusive, para que o governo antecipe valores dos lotes que não tiveram ofertas - e que, em tese, só serão licitados em 2020.

A ala política do governo é sensível aos pleitos de governadores, que exercem forte influência sobre as suas bancadas no Congresso. Até o fim do ano, o governo Bolsonaro ainda dependerá da articulação com o Legislativo para aprovar matérias vitais, como o Orçamento. Procurado, o Palácio do Planalto disse que cabe ao Ministério da Economia responder questionamentos sobre o pedido dos governadores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/12/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão / Rio

Título: Depois de 5 anos, setor de óleo e gás volta a contratar

Pesquisa da consultoria Michael Page vê aumento de 8,5% nas vagas abertas para média e alta gerência; pré-sal puxa reação

Apesar do clima de decepção com a ausência das grandes petroleiras nos dois últimos leilões do pré-sal, em novembro, o mercado de trabalho no setor de óleo e gás volta a ganhar fôlego no Brasil. Depois de cinco anos encolhendo sem trégua, o percentual de vagas abertas para cargos de média e alta gerência na área saltou 8,5% nos primeiros dez meses deste ano. Os salários ainda não se recuperam no mesmo ritmo, mas tiveram alta de 2% no ano, segundo levantamento feito pela consultoria de recrutamento internacional Michael Page a pedido do Estadão/Broadcast.

Depois de viver um boom de 2010 a 2013, a partir de 2014 o setor foi atingido por uma espécie de tempestade perfeita: preços do barril de petróleo em baixa; denúncias de corrupção na operação Lava Jato; a crise na Petrobrás; a derrocada da OGX de Eike Batista; escassez de leilões de concessão de áreas; economia desaquecida e um freio em projetos de exploração de petróleo e gás.

A combinação desses fatores terminou com uma queda brusca de 20% nos salários em 2014, que se seguiu ao longo de 2015 (-10%) e 2016 (-5%).

Responsável na Michael Page pela área de recrutamento em óleo e gás, Otávio Granha afirma que já é possível detectar uma retomada em termos de demanda e salários em posições técnicas ligadas à fase de exploração e desenvolvimento de campos de petróleo.

“Esse crescimento não vai ser acelerado como foi na época do boom, mas vai ser mais sustentável do que foi naquela época”, diz Granha, para quem o crescimento mais acelerado virá em 2021.

A volta dos leilões de blocos promovidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nos últimos dois anos aqueceu a demanda por profissionais atuantes no início da cadeia petrolífera. É o caso dos cargos de geofísico e geólogo, cujos salários tiveram uma alta de 64% e 38%, respectivamente, no acumulado de janeiro a outubro de 2019.

Segundo a Michael Page, atualmente um geofísico no Brasil pode ganhar até R\$ 27 mil, enquanto o salário de um geólogo tem um piso de R\$ 14 mil e um teto de R\$ 42 mil. Já um engenheiro de reservatório, outro cargo em curva ascendente, recebe entre R\$ 12 mil e R\$ 40 mil, um patamar 44% superior ao de 2018.

Gestão. A retomada dos investimentos, aliada à volatilidade dos preços do barril de petróleo, tem gerado a necessidade de corte de despesas pelas empresas do setor, abrindo oportunidades também para profissionais especializados na gestão da cadeia de compras e suprimentos. Nessa área, houve alta de 19% nos salários pagos.

“Este ano, contratamos dois geofísicos, um geólogo e um gerente de reservatório. Nesse processo, notamos que há um aquecimento do mercado. Foi realmente difícil encontrar profissionais capacitados para a função”, diz o gerente da área de Subsuperfície e Produção da PetroRio, Lincoln Makajima.

O engenheiro afirma que esse movimento começou no ano passado, com o início da fase de desenvolvimento de campos do pré-sal. A tendência é que isso se intensifique em função da escassez de mão de obra qualificada e da busca de profissionais por petroleiras que entram no mercado - como as que estão adquirindo participações em campos à venda pela Petrobrás. Este ano, a PetroRio perdeu pelo menos um geofísico e um geólogo para outra petroleira de grande porte.

“Nossa percepção é de que o nível de atividade do setor demonstra uma clara retomada. Essa tendência deve se intensificar a partir da fase de desenvolvimento da produção dos blocos exploratórios arrematados nos leilões

dos últimos dois anos, com destaque para os do pré-sal”, diz a presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Clarissa Lins.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/12/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão / Rio

Título: ‘Acho que em 2020 vai melhorar ainda mais’, diz geóloga

Formada em 2015, no auge da crise do setor de óleo e gás, a geóloga Suelen Gouvêa, 29, não encontrava emprego em sua área. Decidiu cursar um mestrado em geofísica enquanto esperava a melhora do mercado. Quatro anos depois, ela conseguiu o primeiro emprego, em uma prestadora de serviços para a Petrobrás.

A profissional se mudou para Macaé e diz que a cidade, que passou por um período de marasmo, agora volta a ter movimento.

“Tive até dificuldade em fechar um aluguel que coubesse no meu orçamento. Depois que cheguei, a empresa já fez outras contratações. Acho que em 2020 vai melhorar ainda mais e 2021 será o auge da retomada.”

Atualmente, a cadeia de óleo e gás emprega cerca de 400 mil pessoas, com salários quatro vezes maiores que a média da indústria nacional. Esse número pode dobrar até 2022, de acordo com um estudo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e Ernst & Young.

Com participantes como Baker Hughes e Halliburton, a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro) calcula que, a cada emprego gerado, dois outros são induzidos em outros fornecedores diretos e indiretos, e outros oito são gerados por efeito renda.

Estudo da entidade e da Accenture Strategy aponta que 359 mil empregos foram perdidos na cadeia de 2013 a 2018. A expectativa é que até 2026 possam ser gerados 721 mil postos. Isso significaria chegar a quase 1,2 milhão de empregos no setor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/12/2019

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro Lorena Rodrigues / Brasília

Título: Planalto descarta novas ações de Trump

Governo monitora sinais dos EUA depois do anúncio de tarifas para o aço e alumínio

A eleição presidencial nos EUA em 2020 colocou o Brasil como um dos possíveis alvos da guerra comercial travada pelo presidente Donald Trump com outros países. Mais do que influenciar a balança comercial entre os dois países - hoje favorável aos EUA, e não ao Brasil -, o movimento de Trump busca atrair o eleitor de Estados-chave.

Trump anunciou o restabelecimento de tarifas ao aço e alumínio produzidos pelo Brasil. Atualmente, a categoria mais importante na pauta de exportação entre os dois países é a de óleos brutos de petróleo, com 10% de participação. Na sequência, aparecem os produtos semi-manufaturados de ferro e aços, com 9,6%. Entre os principais produtos exportados para os EUA estão ainda aviões, celulose, gasolina e máquinas de terraplenagem.

O Estadão/Broadcast apurou que o governo brasileiro monitora a possibilidade de que os “arroubos” protecionistas de Trump se estendam para outros produtos da pauta de exportação para os EUA, mas acredita que isso neste momento é pouco provável.

O economista Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultoria Integrada, afirma que hoje os principais compradores de commodities agrícolas no mundo são a China e a Índia, e não os EUA. “Estes dois países compram 48% das commodities e dificilmente deixarão de comprar”, disse Blanche. “Ao contrário. Basta ver o que ocorreu com a carne na China.”

Recentemente, a China elevou as compras de carne do Brasil e também de outros países, como Argentina, Paraguai e Uruguai. O movimento tem como objetivo suprir a demanda no país asiático, após um surto de peste suína na região.

Para o professor de Relações Internacionais Eduardo Mello, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), as declarações de Trump têm como alvo o eleitor americano, e não especificamente o Brasil. “A situação tem sido muito difícil para os apoia-dores de Trump nos ‘swing states’”, explica Mello, em referência aos Estados americanos que, tradicionalmente, oscilam entre candidatos republicanos e democratas nas eleições.

São estes os locais que, no limite, acabam por decidir as votações presidenciais. Entre eles, estão quatro Estados que tendem a estar no centro da luta pela Casa Branca no próximo ano: Michigan, Pennsylvania, Wisconsin e Flórida.

“Trump precisa agitar a base, precisa achar novas maneiras de conseguir apoio”, disse Mello. “Ele está tentando emplacar um inimigo. E a moeda brasileira e a

moeda argentina desvalorizaram bastante”, acrescentou. Com o real mais barato em relação ao dólar, o aço brasileiro torna-se ainda mais competitivo no exterior. Para Mello, o governo dos EUA pode de fato adotar a taxaço dos produtos brasileiros, de olho na reeleição de Trump.

Os indicadores mostram que a aprovação de Trump está atualmente em patamar abaixo do registrado por outros presidentes dos EUA em igual momento do governo. Conforme o site político Five Thirty Eight, que mantém um indicador diário, o índice de aprovação de Trump no dia 1.050 de seu governo estava em 41,8%. O percentual é menor que o registrado por Barack Obama (44,3%), George W. Bush (52,4%), Bill Clinton (52,0%) e George H. W. Bush (50,9%), para citar apenas os mandatários mais recentes.

“Há um componente político bem grande”, disse a economista Vitoria Saddi, professora do Insper em São Paulo, ao comentar a ameaça de Trump ao aço brasileiro. “Trump vem citando retaliações comerciais contra a China, por exemplo, desde o início do ano. Então, não duvido que faça isso com o Brasil.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/12/2019

Seção: Especial

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: Diplomatas correm para definir últimas metas do Acordo de Paris durante a COP

Pressionados por desastres e ativistas, países se concentram em finalizar regulamentação antes do primeiro ciclo de cobranças, em 2020

MADRI- A busca por definição das últimas regras para regulamentar o Acordo de Paris está tirando o sono de diplomatas de todo o mundo na COP-25. A conferência da ONU vai até a próxima sexta 14), mas já sinaliza que não concluirá os trabalhos neste ano. Para observadores das negociações — que têm ido até tarde da noite já nesta primeira semana de conferência — os progressos são significativos e indicam que os diplomatas estão mais objetivos e concentrados nas questões técnicas.

Eles trabalham sob a urgência das mudanças climáticas — que já causam desastres nos países mais vulneráveis, que demandam financiamento do bloco de países ricos para reparação por perdas e danos. Outra pressão que se volta aos países ricos vem das greves estudantis pelo clima, puxadas pela ativista sueca Greta Thunberg.

Ela acompanha a COP e realizou uma marcha na última sexta (6) nas ruas de Madri. A líder indígena brasileira Soninha Guajajara discursou ao final da

marcha. Neste domingo (8), indígenas brasileiros protestaram junto a ambientalistas e lembraram o derramamento de óleo pelas praias brasileiras. A pressa de concluir a regulamentação de Paris também tem razões internas do processo diplomático: uma definição clara das regras é fundamental para que a implementação das metas possa ser cobrada já a partir do ano que vem, quando começa o primeiro ciclo de compromissos do acordo.

As arestas a serem aparadas se concentram nos temas de perdas e danos e mecanismos de mercado. Já as divergências comuns a esses temas ficam em torno de financiamento (cobrado dos países ricos) e prestação de contas (com cobrança maior dos países em desenvolvimento, especialmente de grandes emissores, como a China).

Os novos rascunhos divulgados no final da semana ainda têm trechos com até 529 termos entre parênteses, com diferentes opções de texto. Segundo o professor de economia da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) Ronaldo Seroa, houve um avanço da discussão em torno de critérios para uma transição para Paris dos créditos negociados no âmbito do Protocolo de Kyoto (primeiro acordo climático, que só previa obrigação de redução de emissões de gases-estufa para os países desenvolvidos).

A discussão sobre critérios indicaria uma aceitação do pleito de países como Brasil e China, que já negociavam projetos de Kyoto e pedem que essa implementação seja somada ao Acordo de Paris.

De acordo com Seroa, há um entendimento de que o mercado de carbono é importante à medida que incentiva a ambição das metas climáticas, que precisam ser mais altas para conter os efeitos mais desastrosos do aquecimento global.

No entanto, a relação entre ambição e mercado de carbono também criaria mais complicações para a regulamentação. Isso porque os diplomatas ainda não encontraram formas de comprovar que as negociações no mercado de carbono representam esforços adicionais àqueles propostos na assinatura do Acordo de Paris, ainda segundo Seroa.

A mudança de governo no Brasil não afetou, até o momento, as posições defendidas pelo Itamaraty. “O assunto é complicado e eles entendem bem o que estão fazendo”, disse à Folha o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Por outro lado, o novo governo marca uma imagem internacional mais tímida do país — até então visto como protagonista da agenda climática.

Ele também muda a relação com as entidades da sociedade civil. Neste ano, pela primeira vez, o governo brasileiro restringiu o credenciamento da

delegação brasileira apenas a representantes do governo federal, deixando de fora ONGs ambientalistas, universidades, empresas, associações do setor privado e governos locais.

Diferentemente de seus antecessores, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, não deve comparecer ao evento, segundo sua assessoria. A chegada do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, é esperada para esta segunda (9).

A jornalista viajou a convite do Instituto Clima e Sociedade (ICS)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Marina Dias

Título: Brasil exporta mais soja para China do que aço para EUA

Vendas do grão têm crescimento robusto; as de aço para americanos estagnaram

Washington As exportações de soja para a China este ano já renderam cinco vezes mais ao Brasil do que as vendas de aço para os Estados Unidos.

Segundo dados do Ministério da Economia, de janeiro a outubro, o mercado brasileiro exportou US\$ 3,4 bilhões em aço aos americanos, enquanto a venda de soja aos chineses chegou a US\$ 17,8 bilhões.

De 2008 a 2018 é possível observar uma diferença ainda mais vigorosa. As exportações de aço para os EUA praticamente não mudaram de patamar, passando de US\$3,5 bilhões para US\$ 4,3 bilhões.

Já as vendas de soja para Pequim escalaram de US\$ 5,3 bilhões em 2008 para US\$ 27,3 bilhões no ano passado, alta de US\$ 22 bilhões em dez anos.

A China é o principal destino dos produtos brasileiros e responde hoje por 26,7% do total das exportações do país. Os EUA, por sua vez, aparecem em segundo lugar, responsáveis por 12% das vendas brasileiras.

A discrepância da tabela que compara aço e soja, porém, ganhou novas proporções quando Donald Trump anunciou que os EUA vão impor tarifas ao aço e alumínio que chegam do Brasil e Argentina.

A medida, justificada artificialmente pelo republicano como resposta a intervenções que os países estariam fazendo no câmbio, foi recebida com surpresa tanto no Brasil como nos EUA.

Integrantes do governo Jair Bolsonaro ainda tentam reverter o anúncio, enquanto atores do setor privado brasileiro destacaram analistas para fazer as contas sobre qual negócio é mais vantajoso ao Brasil.

Não há dúvidas de que, numericamente, a resposta aponta para a potência asiática, mas a ordem no Planalto é equilibrar os pratos e trabalhar para manter o alinhamento aos americanos e aboa relação com os chineses.

O cálculo de Trump ao anunciar a taxaço sobre produtos brasileiros e argentinos foi majoritariamente eleitoral.

Ele faz aceno aos agricultores de estados considerados chave para a eleição de 2020 que têm sido prejudicados com a guerra comercial entre EUA e China.

Desde julho de 2018, quando o republicano estabeleceu tarifas sobre produtos chineses, as exportações agrícolas dos Estados Unidos para China despencaram. Os chineses suprem a demanda importando do Brasil e da Argentina.

Em 2017, quando não havia guerra comercial, a China comprou US\$ 20,3 bilhões em soja brasileira. No ano seguinte, já sob a disputa entre as duas potências, o número chegou a US\$ 27,3 bilhões.

A produção brasileira de commodities agrícolas e minerais, como soja, petróleo bruto, minério de ferro e carne bovina têm avançado sobre o mercado chinês nos últimos dois anos.

Para os EUA, a maior parte das exportações brasileiras vem do aço. Em 2018, o Brasil exportou 13,9 milhões de toneladas do produto, 42,2% para americanos.

Em março do ano passado, Trump já havia estabelecido tarifa sobre aço e alumínio do Brasil, mas o governo Bolsonaro tinha conseguido reverter o cenário e acreditar poder fazer o mesmo agora.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/12/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Rio de Janeiro

Título: Governo federal manda evacuar 3 bairros de Maceió

Um relatório de agências ligadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional concluiu que uma área de 78 hectares (780 mil m²) em três bairros afetados por afundamentos de terra e rachaduras deve ser evacuada em Maceió.

As atividades de mineração da Braskem na extração de sal-gema em um local de falha geológica são a principal causa dos problemas nos bairros do Pinheiro, Bebedouro e Mutange.

A Braskem diz que colabora com as autoridades e que a extração de sal está suspensa desde maio. Já a Prefeitura de Maceió afirma que não há “nenhuma nota oficial ou novidade em relação ao Plano de Ação Integrado do governo federal”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/12/2019

Seção: O Mundo

Autor: ANDRE DUCHIADE

Título: Ouro branco

Fonte de sonhos industriais de Evo Morales: exploração do lítio é incerta na Bolívia

Por muito tempo, a Bolívia apostou que seu desenvolvimento se associava a seus recursos naturais, incluindo a prata, o gás e o estanho. A crescente demanda global pelo lítio, usado para armazenar energia em baterias de celulares, laptops e carros elétricos, fez dele a esperança da vez.

Com a justificativa de impedir que a maioria do lucro fosse para companhias transnacionais, o ex-presidente boliviano Evo Morales propôs mudar o paradigma da exploração do mineral que chamava de “ouro branco”, cujas maiores reservas do mundo estão na Bolívia e na Argentina. Com a sua renúncia sob pressão de militares, no dia 10 de novembro, a exploração do lítio no país andino se torna uma incógnita.

No final dos anos 1980 e início dos 90, o governo da Bolívia considerou seguir o exemplo do Chile, que, receptivo a investimentos estrangeiros, já produzia lítio a partir de salmoura no Deserto do Atacama (atualmente, amais significativa fonte do continente). Na Bolívia, houve protestos contra o modelo, atacado como uma atividade econômica extrativista colonial, e a empresa americana interessada foi para a Argentina.

— Morales sempre disse que queria fazer um programa diferente, que considerasse a soberania boliviana e tivesse a participação do povo — afirmou

Janine Romero Valenzuela, pesquisadora da Universidade de Erfurt (Alemanha), que estudou o caso boliviano em seu doutorado.

Em 2008, dois anos após se eleger, Morales lançou uma política de industrialização do lítio, dividida em três fases, que deveria ir além da simples extração. Na primeira, o carbonato de lítio seria extraído. Na segunda, por meio de alianças com companhias internacionais, seriam desenvolvidos processos industriais com o metal e outros elementos obtidos na extração, como o potássio, usado como fertilizante agrícola. Na terceira, finalmente, seriam produzidas baterias de lítio.

COMPLEXOS INDUSTRIAIS

Entre 2015 e 2018, complexos industriais foram construídos no Salar de Uyuni, onde estão as reservas. A obra foi feita pela empresa chinesa CAMC Engineering, com a metade produção anual de 350 mil toneladas de potássio. Em abril de 2018, teve início a terceira fase. A empresa alemã ACI Systems foi escolhida para a industrialização do lítio, e fechou um acordo para criação de uma empresa público-privada, com participação majoritária boliviana (51%). O objetivo era produzir entre 300 e 400 mil baterias de lítio por ano, para o mercado alemão.

Segundo Romero Valenzuela, a empreitada era “muito difícil” Presente em salmouras subterrâneas no Salar de Uyuni, o lítio é extraído por meio de um processo complexo, que exige um procedimento específico para cada região. No Salar de Uyuni, há uma alta concentração de magnésio,

que deve ser separado, e a mera cópia da técnica usada no Chile não é viável. Há poucos especialistas no mundo no assunto, ainda mais na Bolívia.

Limitações da empresa alemã, uma pequena firma de tecnologia sem experiência na produção de lítio, acentuaram as dificuldades. Há relatos de que o governo alemão atuou fortemente para que a ACI fosse escolhida no lugar de investidores chineses, mesmo sem que a empresa tivesse contratos com grandes produtoras automobilísticas. Com o tempo, a capacidade da firma de produzir em larga escala passou a ser questionada.

As dúvidas foram reforçadas por uma resistência que emergiu na região do salar, conduzida por mineiros. Potosí, onde se encontram as reservas, é o departamento mais pobre da Bolívia. Pouco após a assinatura do contrato com a ACI, um movimento opositor exigia ver detalhes do acordo, e reivindicava que os royalties para a região ultrapassassem os 3% previstos em lei. No começo de outubro deste ano, cerca de duas semanas antes das eleições do dia 20, o movimento de Potosí iniciou uma greve contra o acordo com a empresa alemã.

O movimento, liderado pelo Comitê Cívico de Potosí, empregava o tipo de retórica nacionalista conhecida de Morales, e alegava defender os recursos bolivianos:

— É exatamente o tipo de preocupação que Morales usava para criticar contratos que a Bolívia fazia com empresas de gás quando era sindicalista — afirmou Robert Albro, especialista em Bolívia da American University, em Washington.

Segundo Albro, embora fosse “parte do cenário”, o movimento potosino não foi o mais determinante para o enfraquecimento de Morales, que, depois de 13 anos no poder, se desgastara. Conforme os protestos contra o resultado da eleição do dia 20, na qual Morales foi declarado vencedor, se intensificavam, o presidente quis “mostrar-se preocupado com questões locais” e, no dia 3 de novembro, cancelou o acordo com a ACI.

REGULAÇÃO PODE MUDAR

Nenhum dos quatro especialistas em geopolítica do lítio e política boliviana consultados entende que o lítio tenha sido determinante para a queda de Morales. Mesmo os que consideram que houve um golpe no país, pois a sua Constituição não autoriza que as Forças Armadas “peçam” uma renúncia, minimizam o poder da oposição potosina, e não veem a ação de forças estrangeiras ocultas.

A cientista política especialidade em lítio Thea Riofrancos, da Universidade Providence, afirma que há no momento “um excesso do produto no mercado”, com os preços em baixa. Riofrancos acredita que Morales “blefou” ao cancelar o acordo, à espera de que a firma alemã voltasse à mesa de negociações com mais vantagens. A pesquisadora ressalta que, embora seja improvável que Morales tenha sido vítima de uma conspiração por causa do lítio, é possível que, com a mudança de governo, o mercado de fato seja aberto à exploração de empresas estrangeiras.

— Concorde que houve um golpe, mas não acredito que a motivação foram as vastas e quase intocadas reservas bolivianas de lítio — disse Riofrancos.

— Mesmo assim, se qualquer outro partido fora o MAS (Movimento ao Socialismo) se eleger, a estrutura regulatória será alterada. O lítio não foi relevante para o golpe, mas o que vier a acontecer será relevante para o lítio.

Javiera Barandián, professora de política ambiental na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, diz que “as mudanças ainda vão demorar”. Ela afirma que “talvez haja mudanças e ajustes”, mas considera muito difícil “uma

mudança radical'. Para ela, "embora muito criticado, o programa industrial foi muito exitoso", sobretudo pela corrente produção de potássio.

— Há um processo muito longo de aprendizado, e já produzem o potássio como fertilizante e outros produtos, com a construção de novas estruturas de desenvolvimento e aplicação industrial. Ganhe quem ganhe, o programa de industrialização teve muito êxito.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/12/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Energia solar sob ataque

Uma das energias mais limpas do país está em risco antes de deslanchar. Produção energética que mais cresce no Brasil, com expansão de 150% entre 2018 e 2019, a Geração Distribuída (GD) está no meio de uma polêmica por conta da revisão de uma norma que pode retirar os subsídios do setor. Conectada diretamente à rede de distribuição, a GD avança, sobretudo, por meio da energia solar fotovoltaica. Desde 2012, a Resolução Normativa (REN) nº 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) garante o sistema de compensação, quando a energia excedente gerada por um consumidor pode ser injetada na rede e abatida do consumo mensal. A regulação, no entanto, será modificada até junho de 2020 e está em consulta pública até 30 dezembro.

A mudança gerou gritaria por parte da cadeia de energia solar, que hoje é isenta de encargos e de impostos pelo uso do fio — e passará a pagar. O governo e as concessionárias, responsáveis pela rede de distribuição, dizem que esse custo é repassado para os consumidores que não geram energia. A Aneel e o Ministério da Economia alegam que o setor não precisa mais de subsídio, cujo custo para os brasileiros pode chegar a R\$ 54 bilhões em 2030. O setor argumenta que, com a taxação, os investimentos serão inviabilizados, pois o payback (retorno do investimento) ocorrerá em 26 anos, período superior à vida útil dos equipamentos fotovoltaicos.

Para Rebecca Maduro, sócia da área de energia do L.O. Baptista Advogados, a insegurança em relação à regra é o pior dos mundos. "Tira a previsibilidade do setor", diz. No entanto, alerta que a REN previa uma revisão até 2019. "Não foi surpresa para o mercado. A Aneel tem que planejar o setor, respaldar o futuro. E ouviu os grupos de interesse", ressalta. O lado ruim, argumenta, foi que o órgão regulador voltou atrás. "Havia um prazo que foi alterado. Hoje não se sabe qual é."

Ganhos x custos

A audiência pública se encerra no fim do ano e mais de mil contribuições são contabilizadas. A Aneel promete avaliar tudo no primeiro semestre de 2020 e decidir em meados de junho. “O assunto foi desvirtuado. Um lado presta desserviço para a população com um discurso populista de que haverá taxaço do Sol. Do outro, quando se fala na projeção do custo, também não se sabe quais as premissas levadas em conta”, avalia Rebecca.

Segundo Carlos Alberto Calixto Mattar, superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel, a proposta é de que os consumidores que produzem energia solar paguem pela utilização da rede de distribuição “na exata medida do seu uso”. “Se nada for feito, em 2021, os que geram energia solar vão deixar para os demais uma conta a pagar de R\$ 1 bilhão”, afirma. O custo é crescente (Veja quadro).

Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), sustenta que a GD proporciona mais ganhos do que custos. “Os benefícios são elétricos, econômicos, sociais e ambientais. Todo mundo ganha com a água economizada, com a termelétrica que não é acionada, sem perdas e com alívio nas redes. Evita investimento em novas linhas de transmissão, é energia limpa e sustentável”, enumera.

Sauaia defende que há momento certo para fazer a alteração e para decidir quanto cobrar. “São mais de 84 milhões de consumidores no país e apenas 63 mil geram ou são atendidos por sistema remoto quando não têm telhado. Estamos estudando mudar a regra com menos de 100 mil produtores no Brasil. Não é o momento”, alega. Segundo ele, a Aneel tinha um compromisso com o setor de que manteria a regra vigente por 25 anos, para os pioneiros que investiram, e, agora, a mudança deve ocorrer em 10 anos. “Os empresários que investiram fizeram contratos de 25 anos”, explica.

No entender de Tássio Barboza Oliveira, da Associação Baiana de Energia Solar, a Aneel mudou o discurso. “Estudo feito pela agência, em junho de 2011, aponta que a GD não seria onerosa para ninguém. De repente, surgiu um custo bilionário. Em agosto de 2019, a Aneel dizia que a tarifa baixaria com GD. Em outubro, o discurso foi outro. O que mudou?”, questiona. O especialista destaca que foi lobby das concessionárias. “A distribuidora está com medo do efeito Uber. Querem tapar o Sol com uma canetada”, critica.

O presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, rechaça a ideia. “Lobby faz quem está ganhando dinheiro com subsídio, que custou R\$ 850 milhões em 2019”, sustenta. Madureira admite que, a longo prazo, a GD pode reduzir a receita da

distribuidora, mas, agora, o custo recai para os consumidores, porque vai parar na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE, que inclui a maior parte dos encargos do setor elétrico), rateada entre todos. “O subsídio era necessário no início, para incentivar uma tecnologia, que, naquela época, tinha equipamentos caros. O custo caiu 75% de lá para cá, com potencial para diminuir mais 30%”, afirma. A Abradee não é contra a GD, acrescenta. “Mas o sistema não funciona sem a rede. Se precisasse investir nisso, o custo seria sete a 10 vezes maior. Aí, sim, inviabilizaria completamente.”

Potencial

A GD veio para ficar, de uma forma crescente, na participação na matriz elétrica, aponta Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. “A primeira evidência é a forma acelerada com que se desenvolveu no Brasil, apoiada sobretudo pela geração solar fotovoltaica”, avalia. A perspectiva de longo prazo mostra que, até 2040 ou 2050, a GD possa ter participação maior do que a hídrica no país.

“O foco da polêmica é a revisão da norma, feita para que o setor saísse do zero, com compensação energética, um subsídio dado por todos os consumidores. Foi mérito da Aneel, como também é levar adiante a consulta pública, para analisar se, daqui para frente, o subsídio deve ser mantido”, opina Sales. Ele alerta para o que considera “uma guerrilha de comunicação com argumentos falaciosos”. “Dizer que vai taxar o sol é errado. Não é taxa, é subsídio, com custo que pode chegar a R\$ 54 bilhões na conta de luz. Está evidente que não faz mais sentido mantê-lo”, destaca.

Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace), lamenta o fenômeno brasileiro de “ter energia barata, com conta cara”. Segundo ele, o acontece é que a riqueza é capturada por alguns segmentos. “Se perde nas reservas de mercado, nos subsídios, nos tributos”, alerta.

O professor da Universidade da Califórnia Rodrigo Ribeiro Antunes Pinto compara o sistema no Brasil com o estado norte-americano. “Na Califórnia, são 40 milhões de habitantes e geração de 80,3 gigawatts (GW), dos quais 13%, ou 10,7GW, são provenientes da fonte solar. No Brasil, são 210 milhões de habitantes, geração de 157 GW e apenas 0,6% solar”, diz. “O que a Aneel propõe é usar uma taxa que só ocorre em locais com contribuição muito maior da energia solar. A Califórnia produz 10 vezes mais do que todo o Brasil, tem 60 vezes mais painéis por habitante. Deveria estar desesperada para acabar com isso. Mas o estado subsidia 30% o setor, o direito de troca de energia é de 1 para 1 (da produzida pela consumida) e esses termos são garantidos por 20 anos”, afirma. “Tem alguma coisa muito errada ocorrendo no Brasil”, conclui.

**Debate de
alta voltagem**

Em entrevista recente à plataforma colaborativa de inteligência em energia da Comerc, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, sinaliza a possibilidade de flexibilizar a proposta atual da agência sobre a REN 482. Uma possível alteração seria ampliar, de 10 para 25 anos, o tempo de vigência da regra atual para aqueles que já possuem sistemas de geração distribuída. Outra ideia seria implementar uma transição gradual das mudanças, e não de uma só vez. “As novas regras podem valer apenas em janeiro de 2021”, afirma.

MME / ASCOM .